

CAPÍTULO 10

LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADE RURAIS AFRO-BRASILEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Silvana Silva de Farias Araujo & Jean Marcel Oliveira Araújo

10.1 INTRODUÇÃO¹

O estudo sistemático do português falado em comunidades afro-brasileiras pode revelar traços do processo formativo e atual da língua majoritariamente falada no

1 Este texto traz resultados de atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa *O português falado em comunidades afro-brasileiras no Recôncavo Baiano* (Portaria CONSEPE 097/2021. CAAE 53110321.7.0000.0053, Parecer 5.328.428 do CEP-UEFS. Financiamento interno da própria UEFS e da FAPESB). O projeto é uma extensão significativa da pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado realizado pela autora deste texto no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com financiamento do CNPq (Processo nº 154982/2018-0154982/2018-0), sob supervisão de Raquel Freitag, quando foi documentado e realizadas descrições linguísticas do português falado na comunidade quilombola denominada Mussuca, no município de Laranjeiras-SE (ARAUJO, 2019).

Brasil que urge ser investigados antes que processos de urbanização e de escolarização apaguem as marcas linguísticas resultantes do intenso contato entre povos tão culturalmente diversos. Como motivação para a escrita deste texto, assumimos que a língua portuguesa é uma língua transplantada para o Brasil e que as características que a particularizam em relação à matriz europeia, notadamente nas suas variedades populares, têm motivações sócio-histórico-demográficas, sendo a principal delas as situações de contatos linguísticos, que levaram a reestruturação parcial do português (HOLM, 2003).

Em face das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, motivadas por fatores, como democratização de acesso ao ensino, construções de estradas, acesso aos meios de comunicação de massa e à internet, as chamadas *comunidades rurais afro-brasileiras isoladas* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) sofreram também mudanças em suas configurações, o que deve ter gerado alterações em usos linguísticos frequentes nessas comunidades com processos de formação sócio-históricos particulares, advindos principalmente da ancestralidade africana e da exclusão social a que seus moradores foram submetidos. Assim, as comunidades rurais afro-brasileiras apresentam especificidades devido a sua sócio-história, mas, hodiernamente, devido a mudanças nas suas dinâmicas sociais, não estão totalmente isoladas, o que demanda investigações e métodos de interpretações específicos para se desvelar a real configuração do falar afro-brasileiro no século XXI, a exemplo da adoção de uma metodologia de recolha de dados que considere o conceito de comunidade de práticas (ECKERT, 2000, 2012), nos moldes do que foi executado por Araujo e Silva (2019) e proposto por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), para comunidades quilombolas do estado de Sergipe.

Na Bahia, a presença massiva de africanos escravizados durante mais de três séculos, muitas vezes, suplantou em número a dos colonos portugueses e seus descendentes, de modo que esse fato não pode ser minimizado nos estudos históricos e descritivos do português brasileiro (PB). Assim, visamos contribuir com a larga tradição dos estudos sócio-históricos que focam na participação africana na formação do PB, propondo uma inovação: a de registrar *comunidades de práticas*, para além do registro de *comunidades de fala*.

Buscamos fomentar a realização de pesquisas em comunidades remanescentes de quilombos com dados da região do Recôncavo Baiano, expandindo para a Bahia a pesquisa que Araujo e Silva (2019) executaram no estado vizinho, Sergipe. Almejamos tecer um panorama dos estudos afro-brasileiros em comunidades isoladas, considerando as novas dinâmicas sociais e propondo novas metodologias de coletas, mais interdisciplinares. Pretendemos contribuir ainda mais para a forte tradição baiana dos estudos linguísticos variacionistas de viés sócio-histórico. Contudo, com um caráter inovador, por dois motivos principais, a saber: (i) a interface com a Antropologia Social, objetivando buscar evidências linguísticas advindas do contato; e (ii) o foco em povos tradicionais.

10.2 OS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS E A REALIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

A discussão sobre a identidade linguística brasileira ganhou o interesse de escritores e estudiosos com a emancipação política do Brasil no século XIX, principalmente para dar conta da relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas, fato que resultou em uma língua distinta do português falado em Portugal. Segundo Bonvini (2008, p. 15), tal relação passa de pressuposta, para afirmada, em seguida matizada ou negada.

Diferentemente do que ocorreu no século XVIII, quando as línguas gerais em uso no território brasileiro foram proibidas pelo Marquês de Pombal – como uma política para garantir a prevalência do português como língua oficial da colônia a partir de 1775 –, a elevação do Brasil à condição de Estado-nação independente de Portugal possibilitou, apesar da defesa de gramáticos e eruditos a favor do legado de Portugal, a reflexão sobre a existência de uma língua brasileira. Como exemplo, podemos citar a emissão de diplomas pelas recém-inauguradas faculdades de medicina. Ao se discutir sobre o ensino superior, segundo Guimarães (2004, p. 45), o deputado José Clemente Pereira propõe, em 1826, que os diplomas dos egressos dos cursos superiores fossem redigidos em “língua brasileira”.

Gonçalves Dias, autor dos versos “As aves que aqui [em Portugal] gorjeiam / não gorjeiam como lá [no Brasil]”, foi um dos primeiros a discuti-la fora do âmbito jurídico, reconhecendo a existência de uma língua autenticamente brasileira distinta da língua de nossos patrícios lusitanos. O posicionamento do escritor romântico, alegoricamente metaforizado nos versos de “Canção do Exílio”, assinalava, em carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, a formação de uma língua própria pelo povo brasileiro a ser incorporada pela intelectualidade em suas produções: “Acontece também que em distâncias tão consideráveis, como são as do Brasil, o teor da vida muda; e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver formaram uma língua própria sua, mas expressiva e variada. Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores, os homens da navegação fluvial estão neste caso” (DIAS, 1921, p. 31). E acrescenta ele: “A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português” (DIAS, 1921, p. 31). No ponto de vista de Gonçalves Dias, não estava ausente a percepção de que mudanças já estavam em curso (o abasileiramento), ao ponto de se configurar, no Brasil, uma pluralidade de normas, com tendências diversas de usos da língua portuguesa.

De lá para cá, muitos engrossam o coro a favor da existência de normas e gramática brasileiras distintas das lusitanas no sistema da língua portuguesa. O ponto mais polêmico sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira gira em torno da importância do contato entre o português europeu (PE) e as diversas línguas faladas por indígenas, africanos e imigrantes para a existência de uma realidade linguística diferente da europeia. O papel atribuído a cada um desses povos é, ao mesmo tempo, o resultado de um viés ideológico e de uma perspectiva teórica, que impacta sobre o tipo de contribuição das respectivas línguas para formação do PB, bem como sobre a predominância do português sobre as línguas faladas por indígenas, africanos e imigrantes (FREITAG; CASTILHO, no prelo).

Araujo (2010) assim sintetiza os diferentes posicionamentos durante o século XX até o início dos estudos da Sociolinguística no Brasil: 1) a supervalorização do contato entre línguas, a exemplo de Raimundo (1933) e Mendonça (1933); 2) a negação de uma possível influência do contato entre línguas na constituição do Português Brasileiro PB, a exemplo de Silva Neto (1963) e Chaves de Melo (1972); e 3) a propagação de que a presença maciça de africanos na sócio-história do PB apenas acelerou tendências já prefiguradas no sistema, como o faz Câmara Jr. (1972).

Nas duas últimas décadas do século XX, os estudos amparados pelos princípios da Sociolinguística começaram a redimensionar a questão, viabilizando o estabelecimento de projetos de pesquisas voltados para a construção de um painel descritivo, a fim de situar o PB como uma variedade da língua portuguesa, comparando-o com outras variedades transatlânticas da língua portuguesa, para além do que já vinha sendo feito, isto é, comparações entre o PB, o PE e línguas crioulas. Os estudos de Araujo e Lucchesi (2016) e Araujo e Silva (2019), por exemplo, contrastam o PB e o português angolano (PA), procurando identificar semelhanças ou diferenças entre essas duas variedades não europeias do português e o PE.

Tais estudos acompanham o desenvolvimento da teoria sociolinguística em seus diferentes desdobramentos, denominados de “ondas” por Eckert (2012). A autora agrupa os estudos sociolinguísticos em três ondas de estudos, as quais não são nem substitutivas nem sucessivas, mas sim modos distintos de pensar a variação, com práticas analíticas e metodológicas peculiares (ECKERT 2012 *apud* FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 919).

A primeira onda tem início com os estudos de William Labov sobre a estratificação do inglês falado em Nova Iorque. De natureza quantitativa, os estudos referentes a essa onda estabeleceram uma base sólida para o estudo da variação, ao evidenciar correlações entre variáveis linguísticas, a exemplo das regras de concordância ou do sistema de possessivos, e categorias sociais primárias, como classe socioeconômica, sexo, idade, escolaridade etc. Assim, observa-se uma padronização na estratificação socioeconômica das variáveis, não apenas regular, mas também replicável, tendo por resultado a atribuição de um valor social à variação linguística: “as variedades linguísticas carregam o status social de seus falantes” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 920).

Com a introdução da teoria sociolinguística no Brasil, referente a essa primeira tendência, um novo cenário foi instaurado para investigação da formação do PB, passando a existir posições baseadas em pesquisas empíricas.

Pelo enquadre teórico-metodológico dessa onda, colocou-se em pauta a possibilidade de o PB ter se formado por intermédio de processo de crioulização e descrioulização. Em fins da década de 1980, o linguista norte-americano Gregory Guy, com base em amostras sistemáticas de fala, avançou em relação às observações de Raimundo (1933), Mendonça (1933), Silva Neto (1963), Chaves de Melo (1972) e Câmara Júnior (1972), no que concerne à discussão acerca da formação da realidade linguística brasileira. Guy (1981, 1989) argumenta que não seria impossível a ocorrên-

cia de uma crioulização prévia do português no Brasil: o PB teria se originado de um crioulo de base portuguesa, todavia teria passado por um processo acelerado de descrioulização, cujas consequências estariam no português popular brasileiro.

Contestando a tese da crioulização do PB, Fernando Tarallo (1993) argumenta que o comportamento do PB em relação à variedade lusitana estaria, a partir do final do século XIX, em muito se diferenciando: o PB, em vez de estar caminhando rumo ao PE, (algo esperado numa situação de descrioulização), estaria se diferenciando, gerando gramáticas diversas.

Num segundo momento, ao endossarem a tese da diferenciação do PB, os sociolinguistas retomam a discussão sobre o efeito do contato entre línguas na formação do PB: catalisar mudanças já em curso ou gerar novas mudanças? Naro e Scherre (1993, 2007), cuja visão coaduna com a assertiva de Câmara Jr. (1972), postulam que o grande contingente de africanos no Brasil apenas acelerou tendências já prefiguradas na base da deriva românica, visto que haveria uma direção para as mudanças linguísticas, obedecendo a movimentos estruturais: a deriva natural da língua portuguesa.

Contrariando essa tese da deriva natural, Lucchesi (1994, 1998) defende a ideia de que o contato entre línguas não pode ser menosprezado no processo de formação do PB, ao lançar mão do conceito de transmissão linguística irregular como um processo variável, apresentado pela primeira vez por Baker (1982) e por Bickerton (1984). A partir de uma visão bipolarizada para as normas linguísticas no PB, Lucchesi argumenta que não se pode deixar de ver, nas variedades populares do PB, o processo inverso ao descrito por Tarallo, isto é a crioulização, como sugerida por Guy, porém leve. Há, segundo o autor, um processo mais próximo ao padrão lusitano, nas variedades cultas do PB, e outro, nas variedades populares, que se desenvolveu paralelamente ao projeto colonialista europeu, nas quais são mais visíveis as mudanças advindas do contato linguístico. Resulta desse segundo processo uma variedade mais livre da imposição normativa, e com forte influência da aquisição do português como segunda língua por uma grande quantidade de índios e africanos (LUCCHESI, 2002, 2003).

O posicionamento de Lucchesi ressona nos estudos de outros pesquisadores, a exemplo de Araujo (2014). Em suas pesquisas sobre o português de Feira de Santana e outras comunidades baianas, a autora também reconhece o papel do contato no processo de formação do PB, bem como a polarização entre uma variedade mais próxima do padrão lusitano e outra herdeira histórica do processo de aquisição irregular do PE.

Apesar de sua natureza também quantitativa, os estudos pertencentes à chamada segunda onda empregam uma abordagem etnográfica, “abarcando categorias socio-demográficas mais abstratas, a fim de evidenciar como o vernáculo assume valor local” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 921). Sua referência é o estudo de William Labov, com dados coletados na ilha de Martha’s Vineyard, quando foi possível observar o recrutamento de um tipo específico de variação fonológica pelos falantes, pondo em relevo uma atitude social em relação à sua forma de falar: a escolha da

variante representava uma forma simbólica de afirmar-se ideologicamente em meio à população da ilha. Observa-se que, mesmo estigmatizadas em um nível mais geral de uma língua específica, a associação de algumas variantes com valores e práticas locais podem lhe dar valor positivo.

Segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), esse tipo de abordagem não encontrou uma significativa aceitação por parte estudos quantitativos sobre a realidade linguística brasileira. Dentre os poucos estudos, os autores comentam o estudo de Ferrari (1994 *apud* FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), no qual se buscou verificar, com o estudo da variação de preposição locativa “em” vs. “ni”, as relações entre variação e redes sociais na comunidade do Morro dos Caboclos, no Rio de Janeiro. Sobre essa abordagem, argumentam eles que, embora a natureza do estudo permita uma avaliação mais acurada do fenômeno da variação, com ênfase no valor social das variáveis, um estudo desse tipo é dispendioso e demorado e seu corpus de análise não está de acordo com a estratificação social baseada em indicadores sociodemográficos amplos, como os corpora dos bancos de dados constituídos.

Tanto na primeira quanto na segunda, adota-se, pois, a descrição da estrutura, isto é, um retrato estático (ECKERT, 2012), cujo foco é a comunidade de fala (LABOV, 1972), entendida como o compartilhamento, em determinado tempo e espaço, de valores associados aos usos da língua por um grupo de pessoas (comunidades geograficamente definidas), fato observado nos julgamentos de valor (positivo ou negativo) conscientes aos usos linguísticos. Contudo, quando comparadas, observa-se uma maior adesão dos postulados da primeira onda pela comunidade científica da Sociolinguística, principalmente no Brasil, chegando, por vezes, a marginalizar as contribuições decorrentes dos estudos da segunda onda.

Já os estudos da terceira onda tercem críticas sobre os estudos das duas primeiras ondas, principalmente porque concebem “o indivíduo como uma entidade à parte, pairando sobre o espaço social, ou como um ponto em uma rede, ou como membro de um conjunto específico ou de um conjunto de grupos, ou como um amontoado de características sociais” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010 [1992], p. 103). Eckert e Mcconnel-Ginet (2010) propõem um deslocamento de foco importante: passa-se do conceito de *comunidade de fala* para o de *comunidade de prática*. Há a incorporação da dinamicidade da estrutura, isto é, a busca por identificar “como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 922). Todavia, essas críticas não invalidam as contribuições das duas primeiras ondas para o desenvolvimento da Sociolinguística no Brasil.

Escolhemos a abordagem de comunidades de práticas proposta por Eckert (2000, 2012) devido ao fato de compartilharmos as mesmas inquietações no que tange à relação da língua com o significado social, bem como por permitir a descrição do português rural afro-brasileiro, ampliando a sua caracterização, em face das mudanças nas comunidades quilombolas, admitindo que as categorias sociais são dinâmicas, sendo, assim, importante incorporar a dimensão das práticas nas documentações sociolinguísticas.

10.3 A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO

No Brasil, apesar da predominância de estudos sociolinguísticos com foco em variedades urbanas, há estudos que descrevem o chamado “português rural afro-brasileiro”, contribuindo para o desvelamento da sócio-história do português brasileiro, ao se debruçar sobre a relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas faladas pelos quase cinco milhões de africanos escravizados vindos para o Brasil durante o período colonial e imperial. Essa relação, de acordo com Bonvini (2008), não foi das mais simples, visto que, em face da afirmação da língua portuguesa, “as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante”, passando: a) de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (quimbundo) para língua veicular e pidginizada (“mina”); b) de língua veicular (iorubá) circunscrita e limitada geograficamente a um contexto plurilíngue e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes”; c) sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados (línguas cultuais ou secretas).

O panorama apresentado por Bonvini reforça o fato de não terem sido identificadas comunidades rurais afro-brasileiras cujos moradores sejam falantes nativos de línguas africanas. O Corrobora ainda com tal fato a identificação, feita por Lucchesi (2009) e Araujo (2021), de algumas particularidades nessas comunidades, as mais diretamente afetadas pelo contato linguístico, impossibilitando a existência de línguas com rupturas significativas em relação à língua do colonizador, classificadas como crioulas.² Essas particularidades dizem respeito a alguns fenômenos morfossintáticos, a exemplo do uso do objeto direto duplo, em sentenças como “dei o cachorro o menino” (LUCCHESI, 2009) e ao uso mais extensivo de lexias de origem africana (ARAUJO, 2021).

Esses estudos só comprovam a violência a que esses povos africanos foram submetidos. Segundo Bonvini (2008), as línguas africanas faladas por escravizados no Brasil sofria um duplo processo de desenraizamento:

A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopéia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos linguísticos inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas ameríndias, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda de seu valor identitário consecutivo ao nivelamento da língua resultante do desaparecimento das variantes dialetais (BONVINI, 2008, p. 33).

2 Lucchesi (2019) detalha as especificidades da participação de africanos na estrutura social do Brasil que não possibilitaram a formação de línguas crioulas estabilizadas no Brasil.

Todavia, os estudos têm demonstrado que a língua portuguesa foi afetada pelo contato linguístico com as línguas africanas. Vogt e Fry (1996), ao estudarem a fala da comunidade rural afro-brasileira de Cafundó, situada à 150 km da cidade de São Paulo, defendem que a variedade denominada Cupóia apresenta estruturas do português rural e que parte do vocabulário é de origem bantu. Alguns traços morfossintáticos já identificados no português falado na comunidade são, por exemplo: casos de ausência de cópula, o uso da cópula em lugar do verbo possessivo, a ordem das palavras incomum no português, os substantivos sem determinante na posição de sujeito, o uso de artigos definidos em SNs preposicionais que correspondem a locuções adjetivas, bem como a concordância variável no SN e a concordância entre o sujeito e o verbo (JON-AND; LÓPEZ, 2018). Essas particularidades, por sua vez, podem ser interpretadas como decorrentes dos intensos contatos entre línguas ocorridos no processo de formação do PB, pois africanos escravizados adultos adquiriram uma segunda língua, introduzindo modificações, as quais ficaram mais preservadas nessas comunidades marcadas etnicamente, sendo essa variedade modificada da língua portuguesa transmitida aos seus descendentes (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009).

As referidas particularidades põem em relevos que a aquisição do português por falantes de línguas africanas foi fruto do uso dos conhecimentos linguísticos destes como falantes nativos de outra língua, numa tentativa de aproximar o português das línguas por eles faladas, promovendo a reestruturação parcial do português, seja no uso do vocabulário, na redução da morfologia, na modificação das relações e funções sintáticas ou no posicionamento dos termos da oração. Nesse processo de aquisição do português como segunda língua, os falantes de línguas africanas, livres das regras e prescrições impostas pela escolarização formal, propuseram usos de variantes linguísticas distintos da norma falada pelos falantes nativos da língua portuguesa, que passaram a ser aceitos pelas comunidades das quais faziam parte e depois transmitidas aos seus descendentes. Estes construíram uma singularidade linguística dentro do universo mais amplo do Português popular rural brasileiro, pondo em evidência características sócio-históricas próprias de suas comunidades, como também características linguísticas que permitem distinguir suas práticas linguísticas das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

Outra particularidade sociolinguística identificada nessas comunidades é a distribuição diferenciada das taxas de frequência das variantes, quando os moradores de idade mais avançada fazem mais uso de variantes linguísticas menos prestigiadas; algo muito observado, por exemplo, quando se estuda a concordância verbal e verifica-se que os moradores idosos das comunidades rurais afro-brasileiras exibem os maiores percentuais de uso da variante sem marca de plural, o contrário do que se observa em comunidades urbanas, em que os mais jovens fazem menos uso de formas linguísticas prestigiadas (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009). Tal fato põe em evidência a falta de renovação suficiente de seus falantes.

Basicamente, há dois problemas, opostos e complementares, quando observada a variante idade/geração, que interessam não somente aos pesquisadores, mas também aos indivíduos das comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos:

o desuso das variantes linguísticas menos prestigiadas pelos mais jovens, e o desconhecimento das regras do português padrão por parte dos mais velhos. Eles colocam em evidência as interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet, e o descompasso entre as funções da variedade padrão e não padrão do português em dada cultura.

Nesse sentido, consideramos que as comunidades rurais afro-brasileiras são importantes fontes para as pesquisas sobre a realidade sociolinguística atual do Brasil, bem como sobre a sua formação histórica. Essa assertiva baseia-se em dois motivos principais, a saber: pelo fato de o Brasil ter sido, durante muito tempo, um país assentado em práticas rurais (HOLANDA, 1963) e por essas comunidades reunirem, de maneira acentuada, fatos marcantes da sócio-história do PB, a exemplo da expressiva concentração de pessoas de etnia não branca e da ausência escolarização. Assim, coadunamos com Lucchesi (2009, p. 31-32), que afirma que o conceito de português afro-brasileiro, para a realidade brasileira, fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. O autor acrescenta:

O Português afro-brasileiro designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o Português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do Português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do Português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira) (LUCCHESI, 2009, p. 32).

Estudos já realizados com dados coletados em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia apontam para singularidades da gramática do português rural afro-brasileiro, seja em relação à ocorrência de determinados traços, seja em relação a maiores frequências de uso de determinadas variantes. Lucchesi e Araujo (2009) identificaram estratégias de expressão de posse com formas analíticas formadas pela preposição *de* + *pronome pessoal* de primeira pessoa do singular e do plural, conforme exemplos que se seguem: (1) “No caso *de eu*, todo dia eu saio pra tabaiá, plantá mandioca, colhê garaná”; (2) “verdadeira terra *de nós* é esse lá... eucalipto, não” (LUCCHESI; ARAUJO, 2009, p. 499-501). Araujo e Almeida (2014), ao investigarem o mesmo fenômeno em comunidades rurais *não marcadas etnicamente* do semiárido baiano, não encontra-

ram ocorrências com essas construções. Mendes (2016), ao investigar a flexão de caso pronominal no *continuum* do Português popular da Bahia, constatou um favorecimento da aplicação da regra padrão apenas no Português popular da capital e da cidade de Feira de Santana, a mais próxima da capital de sua amostra. Por outro lado, os dados levantados nas comunidades rurais afro-brasileiras apresentaram os menores índices de aplicação da regra padrão, de modo a ocupar o outro extremo do *continuum*, exibindo usos, como “minha mãe mandô a menina pa vim ficá *mais eu*” (MENDES, 2016, p. 199).

Assim, as pesquisas já realizadas nas comunidades rurais afro-brasileiras têm contribuído para a caracterização dos usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos de aquisição do português como um processo tardio por uma grande leva de africanos escravizados. No entanto, nos dias atuais, devido aos deslocamentos sociais, acomodações sociolinguísticas e à diminuição das fronteiras geográficas e socioculturais (BRITAIN, 2008), chamamos a atenção para a necessidade de adoção de critérios bem definidos para a escolha das chamadas comunidades rurais afro-brasileiras que serão alvo de estudos científicos.

No estudo realizado por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), os autores estabeleceram que, na seleção de comunidades rurais para os estudos do português afro-brasileiro, devem ser considerados os seguintes critérios: Comunidades [\pm isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas] e localizadas em municípios (microáreas) e regiões (macroáreas) que foram, nos períodos colonial e imperial, [+ escravocratas]. Assim, partindo do entendimento de que as comunidades não estão mais totalmente isoladas geográfica e socioculturalmente, julgamos que é fundamental a consideração dos critérios de cunho sócio-histórico, antropológico e geográfico defendidos pelos autores. Deve-se atentar, portanto, para a ancestralidade africana e a localização da comunidade em regiões com atividades econômicas que demandaram maior importação de africanos escravizados, como os engenhos de cana-de-açúcar.

A adoção do aparato teórico-metodológico dos estudos sociolinguísticos da chamada terceira onda, considerando não apenas o conceito de comunidade de fala, mas também o de comunidade de prática (ECKERT, 2000, 2012), principalmente para investigações do português falado em comunidades tradicionais – comunidades indígenas, quilombolas e ciganas etc. (PNPCT) (BRASIL, 2007), é relevante por possibilitar a documentação da fala dos participantes em situações de práticas culturais próprias dessas comunidades, fornecendo pistas sobre os grupos em que se constituem as *personae* ou identidades sociais (ECKERT, 2012).

10.4 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Nos últimos anos, o interesse pela descrição do português falado em “comunidades tradicionais” tem crescido. O documento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007, p. 01), assim as define:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, a tendência de tomar como fonte de pesquisa dados levantados em amostras de fala gravadas em comunidades urbanas e formadas por indivíduos escolarizados, tendência esta que predominou, no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 (cf. projetos NURC, PEUL entre outros), foi ampliada pela linguística brasileira, de modo que há inúmeros projetos de pesquisa que se detém em variedades linguísticas faladas em espaços tradicionais, a exemplo de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, variedades estas do português popular rural brasileiro.

No universo dessas comunidades, nossos estudos centram-se na participação africana na formação da realidade sociolinguística brasileira, pondo em relevo a hipótese de que o contato linguístico foi fundamental para tal constituição. Sobre esse aspecto, assinalamos que, como ocorreu, por exemplo, em Helvécia na Bahia, existem comunidades de ancestralidade africana que se originaram de agrupamentos de ex-escravizados em terras doadas após o fim dos empreendimentos agroexportadores escravagistas, que não foram exatamente quilombos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Neste estudo, porém, centramos em comunidades quilombolas. Dentre essas comunidades rurais formadas por descendentes diretos de africanos escravizados, o presente levantamento debruça-se, pois, sobre aquelas comunidades que se configuraram como focos de resistência ao escravismo colonial: as remanescentes de quilombos, também autodenominadas terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos, dentre outras denominações congêneres (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES [FCP], 2007). Essas são assim definidas por Anjos (2004, p. 02): “sítio geográfico onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres”.

Tal definição deixa de fora o aspecto que interessa para nossa tarefa, pois o termo sítio remete apenas para a noção de lugar a ser ocupado. Por essa razão, faz-se necessário a distinção entre lugar e espaço proposta por Michael de Certeau. O lugar seria a ordem segundo a qual são distribuídos os elementos nas relações de coexistência, isto é, uma configuração instantânea de posições, implicando certa instabilidade; o espaço seria “um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 201-202). Ou seja, um lugar se torna espaço quando pessoas e grupos exercem, mediante certas práticas, dinâmicas de movimento que o percorrem, o atualizam e o modificam. Por essa razão, as vivências funcionam como práticas espacializadoras, visto que permitem às pessoas e aos grupos atualizar, ativar e transformar o lugar em um espaço de interação, de realização de diferentes práticas. Assim, ao ser possível comparar o lugar à enunciação e o espaço à palavra, o uso linguístico é atualizado, sempre que proferido.

Tomar uma comunidade rural afro-brasileira remanescente de quilombo enquanto um lugar praticado é considerá-la um espaço, onde um grupo de pessoas, que falam exatamente igual, compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros, comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem, constituindo-se uma *comunidade de fala* (LABOV, 1972). Ao mesmo tempo, ela se constitui um espaço onde pessoas, ao escolherem pertencer a essa comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais as práticas linguísticas, constituindo-se uma *comunidade de prática* (ECKERT, 2000, 2012).

Assim, as comunidades quilombolas constituíam-se comunidades de fala e comunidades de prática, espaços de resistência às políticas de escravização. Munanga (1995, p. 58), em seus estudos antropológicos sobre os quilombos africanos, discute a origem da palavra “quilombo” e propõe uma reflexão de como tais espaços se constituíram como instituição sociopolítica e transcultural na África, gestado numa “história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”. Marcados por espaços de disputas de poder e governança de reinos africanos, nos séculos XVI e XVII, os quilombos eram uma iniciação militar e forneceu ao exército Kinguli estrutura firme, reunindo grande número de pessoas e uma estrutura militar capaz de derrotar grandes reinos. Os quilombos africanos possuíam “co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos” (MUNANGA, 1995, p. 59).

Ao correlacionar os quilombos do Brasil com a origem dos quilombos na África, percebemos que, se os quilombos na África eram iniciação de homens à atividade militar para unir forças para se defenderem de ataques ao seu território e traçar estratégias para conquistas de novos, os quilombos no Brasil tendem à mesma linearidade política, sob a ótica de resistência ante a política de colonização.

No Brasil colonial, nos séculos XVI e XVII, surgiram os quilombos e, apesar de terem em sua grande maioria a presença de negros fugidos do trabalho forçado, também se configurava como um espaço aberto para aqueles que resistiam de alguma forma ao sistema colonial e escravagista, como indígenas. Desse modo, os quilombos no Brasil configuram-se como um espaço plural que abrigavam diversos fugitivos que resistiam à escravidão e buscavam integrar-se à resistência; portanto, pertencer a um quilombo era um ato de consciência de poder.

Nesse sentido, embora a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB não deva ser desprezada, Mattos e Silva (2004) sustenta a hipótese de que a força motriz para difundir o português no Brasil foi constituída pela população de origem africana, sendo esta também responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB. A pesquisadora, em diálogo com a obra *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*, apresenta as conclusões expostas por Funari (1996) e Price (1996) de que os quilombolas faziam uso da língua portuguesa e não outras de origem banta, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”, o qual seria o antecedente histórico do “português popular brasileiro”, este, segundo a autora, o antecedente do português popular brasileiro, marcado por situações de contatos linguísticos.

Embora sejam numerosas, as comunidades quilombolas no Brasil não foram, por muito tempo, alvo de estudos e nem mesmo de políticas públicas, as quais só passaram a existir após a Constituição de 1988. Como assinala Anjos (1999, p. 11),

é até sintomático que a distribuição dos remanescentes de quilombos no Brasil não haja merecido estudos de conjunto referentes a sua espacialização, seja por questões políticas, pela abrangência interdisciplinar, pelas dificuldades de acesso e levantamento dos dados, seja pela necessidade de utilização de tecnologias e ferramentas sofisticadas com grande capacidade de integração de dados ou mesmo pelo desafio de tratar a temática com uma lente que permita uma visão do todo.

Em 1995, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu a Portaria 25, estabelecendo normas para os trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Em novembro de 1995, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) emitiu a Portaria 307, que elencava formas para demarcar e expedir títulos às terras de remanescentes de quilombos inseridas em áreas públicas. Tais ações foram significativas para motivar propostas para identificação e reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos.

Um primeiro levantamento realizado por Anjos (1999) identificou 848 comunidades quilombolas, assim distribuídas: na Região Sul, identificou 09 no Rio Grande do Sul, 05 em Santa Catarina e apenas 01 no Paraná; na região Centro-Oeste, registrou 07 em Goiás, 06 no Mato Grosso e 05 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, encontrou 43 em São Paulo, 28 em Minas Gerais, 11 no Espírito Santo e 06 no Rio de Janeiro; na região Norte, identificou apenas no Pará e no Amapá, 196 e 12, respectivamente; na região Nordeste, computou 250 na Bahia, 163 no Maranhão, 23 em Sergipe, 16 em Pernambuco, 16 em Alagoas, 14 no Rio Grande do Norte, 11 na Paraíba, 11 no Ceará e 07 no Piauí (ANJOS, 1999, 2004). Logo, temos a seguinte distribuição por região, de acordo com o referido levantamento: 511 no Nordeste, 212 no Norte, 88 no Sudeste, 17 no Centro-Oeste e 15 no Sul. A maioria dessas comunidades localizam-se nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Em 10 de setembro de 2001, foi editado o Decreto Presidencial 3.912/2001, que fixava a limitação de reconhecimento das propriedades de terras que eram ocupadas por quilombos. Dois anos depois, o Decreto 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003, passa a regulamentar os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que tratam o art. 68/ADCT e o disposto nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Em seu art. 3º, parágrafo 4º, reserva-se à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, fato que promoveu um expressivo aumento no registro das comunidades quilombolas, permitindo um maior conhecimento dessas co-

munidades. Para o registro, são solicitados três documentos, de acordo com a Portaria FCP 98/2007, de 26 de novembro de 2007: a) ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; b) breve relato histórico da comunidade (documento de 02 a 05 páginas sobre formação da comunidade, seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade etc.); e c) um requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP.

Em levantamento feito pela FCP (2004-2021), foram emitidas 2.839 certidões de registro para 3.495 comunidades, conforme pode ser visualizado na Tabela 10.1.

Tabela 10.1: Distribuição por região

UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunidades)
Nordeste	1.736	2.206
Sudeste	461	558
Norte	300	369
Sul	191	191
Centro-Oeste	151	169
Total	2.839	3.495

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2021).

Se considerarmos apenas o quantitativo de 2.839 certidões (algumas certidões configuram como registro para mais de uma comunidade), temos a seguinte distribuição, a saber: na Região Sul, há 137 no Rio Grande do Sul, 18 em Santa Catarina e 36 no Paraná; na região Centro-Oeste, há 58 em Goiás, 22 no Mato Grosso e 71 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, há 52 em São Paulo, 331 em Minas Gerais, 36 no Espírito Santo e 42 no Rio de Janeiro; na região Norte, há 206 no Pará, 40 no Amapá, 38 no Tocantins, 08 no Amazonas e 08 em Rondônia; na região Nordeste, há 674 na Bahia, 592 no Maranhão, 32 em Sergipe, 149 em Pernambuco, 70 em Alagoas, 33 no Rio Grande do Norte, 43 na Paraíba, 54 no Ceará e 89 no Piauí.

Já quando consideramos o número de comunidades certificadas, temos a seguinte distribuição, a saber: na Região Sul, há 137 no Rio Grande do Sul, 18 em Santa Catarina e 38 no Paraná.; na região Centro-Oeste, há 69 em Goiás, 22 no Mato Grosso e 78 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, há 56 em São Paulo, 418 em Minas Gerais, 42 no Espírito Santo e 42 no Rio de Janeiro; na região Norte, há 264 no Pará, 44 no Amapá, 45 no Tocantins, 08 no Amazonas e 08 em Rondônia; na região Nordeste, há 829 na Bahia, 845 no Maranhão, 37 em Sergipe, 196 em Pernambuco, 71 em Alagoas, 33 no Rio Grande do Norte, 47 na Paraíba, 55 no Ceará e 94 no Piauí.

Diante dos números apresentados, podemos inferir que as ações promovidas pelo Estado brasileiro têm permitido, mesmo que tardiamente, o mapeamento das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos, trazendo à lume uma

realidade até então desconhecida para a maioria dos brasileiros. Tal realidade sinaliza para a necessidade de se desconstruir a ideia segundo a qual a existência dos quilombos está atrelada à resistência ao sistema escravagista, tendo sido finda com a extinção da escravatura.

Esse mesmo mapeamento deixa evidente que a Região Nordeste, principalmente os estados da Bahia e do Maranhão, concentra mais de 50% das referidas comunidades. Tal concentração pode ser explicada pelo fato de a referida região ter sido, por quase dois séculos, o principal destino de africanos trazidos na condição de escravizados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Nem mesmo o declínio da produção do açúcar em favor da produção de ouro, no século XVIII, e do café, no século XIX, modificou essa realidade.

Cada uma dessas comunidades configura-se como um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada por seus integrantes. São sistemas linguísticos distintos cujos integrantes compartilham traços linguísticos que distinguem sua comunidade de outras comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente partilham e compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Elas despertam o interesse de pesquisadores, pois permitem explicar a formação do PB. Algumas dessas comunidades quilombolas já foram objeto de pesquisas linguísticas em nível de mestrado e doutorado. Destacando as pesquisas linguísticas realizadas na Bahia com foco em comunidades quilombolas, sem dúvida, a interiorização do ensino superior foi um fator preponderante para impulsionar ainda mais essas pesquisas, que já possuíam certa tradição no estado. Atualmente, existe nucleação de projetos em todas as regiões baianas, algo louvável e desejável, haja vista que a Bahia possui um número considerável de comunidades certificadas como quilombolas, segundo dados da FCP, anteriormente expostos neste texto.

Estudar tais comunidades contribui não somente para o conhecimento da realidade linguística brasileira, mas também permite que os remanescentes de quilombolas percebam o seu sistema linguístico, ao mesmo tempo, com uma organização singular e parte de outra ainda mais heterogênea o português rural afro-brasileiro. Um sistema linguístico cujos usos de variantes linguísticas distintas da norma, em uso por outros falantes da língua portuguesa atualizados por seus falantes, podem estar em “desuso” pelos mais jovens frente às interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet.

Essas pesquisas, e todas as outras que foram realizadas na Bahia com dados de fala afro-brasileira, partiram do conceito de *comunidade de fala* (LABOV, 1972), esta propagada como: sempre dotada de uma heterogeneidade ordenada. Pensando nas três regiões climáticas do estado da Bahia (Semiárido, Oeste e Litoral), constatamos que os estudos se centraram nas duas primeiras, com exceção dos realizados no âmbito do *Projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia*, sediado na Universidade Federal

da Bahia (UFBA), que realizou análise de dados também gravados no Litoral, nas comunidades rurais-afro-brasileiras Sapé e Helvécia, respectivamente, localizadas nas Microrregiões Litoral-Sul e Recôncavo.³

Incorporando agora o conceito de comunidade de prática, os estudos das comunidades quilombolas podem permitir desvelar ainda mais a real configuração do falar afro-brasileiro no século XXI, pondo em evidência a participação do contato linguístico na formação da realidade sociolinguística brasileira. Também pode contribuir para que as línguas das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Em outras palavras, se os pesquisadores ganham um campo de estudo, a área ganha dados para testar teorias, a língua hegemônica ganha respaldo histórico, as comunidades quilombolas poderão ganhar o respaldo técnico e científico para reivindicar uma política patrimonial para manutenção de seus falares e usos linguísticos.

10.5 RECÔNCAVO DA BAHIA: QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

O Recôncavo da Bahia é uma área de particular interesse para as pesquisas sociolinguísticas que buscam investigar a participação do contato linguístico na formação da realidade sociolinguística brasileira, principalmente por ter recebido uma grande quantidade de africanos escravizados para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, que se concentravam basicamente no Litoral e Recôncavo, dadas as condições climáticas; ficando a Região Semiárida restrita à criação de gado e à agricultura de subsistência.⁴

O povoamento do estado da Bahia não se diferencia muito do que ocorreu no restante do Brasil. No início da colonização, um maior agrupamento da população ocorreu ao longo da planície costeira (LEÃO, 1989). Devido à facilidade de acesso, por via marítima e fluvial, e também pela riqueza de suas terras, o Recôncavo Baiano também foi preferido para a ocupação pelos portugueses, como se pode confirmar pela leitura do seguinte trecho, de autoria de Vilhena (1969, p. 175):

[...] sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis a dez léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, que a província tem nome; ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali

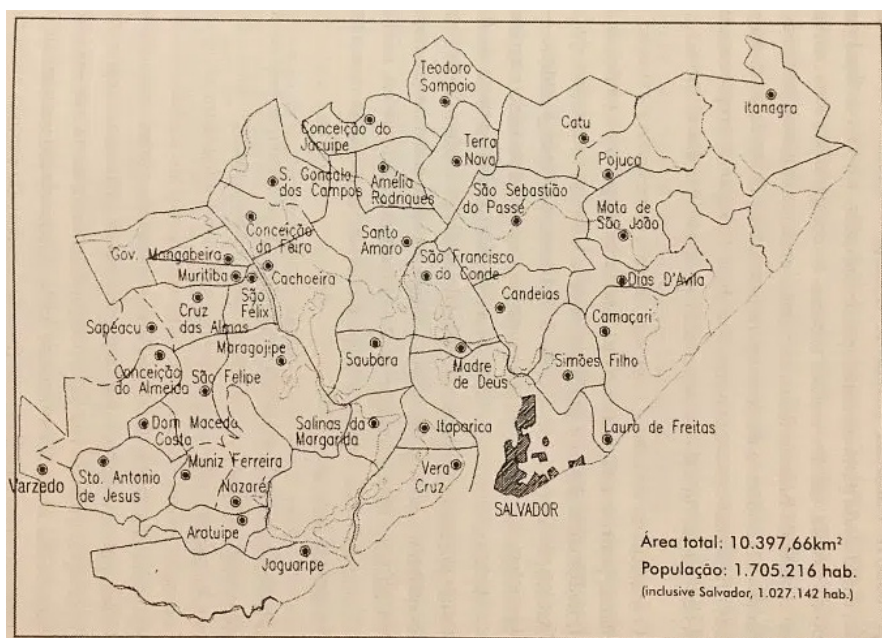
3 Araújo (2021) discorre sobre projetos de pesquisas em execução no âmbito de três universidades baianas: UEFS, UFBA e UFOB. Sobre os municípios que compõem a região do Recôncavo da Bahia, na próxima seção, comentaremos as alterações ocorridas na configuração desta região. Antes da reestruturação territorial, posta a cabo pelo estado da Bahia durante a segunda década do século XXI, Valença, município onde se localiza a comunidade de Helvécia, pertencia à região do Recôncavo com outros 39 municípios. Hoje fazem parte apenas 21 municípios, cuja origem remontam a fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira.

4 Essa afirmação coaduna com os critérios estabelecidos em Santana, Araújo e Freitag (2018a, 2018b), já comentados neste texto.

que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes chamam de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, apreze inexaurível, é o que principalmente reserva à cultura da cana-de-açúcar.

Até o início do século XXI, 40 municípios compunham o Recôncavo: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador (Mapa 10.1).

Mapa 10.1 – Recôncavo da Bahia, 1970.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA-SEI), 1997. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/memorias-e-reexistencias-em-vozes-negras-do-reconcavo-baiano/>. Acessado em: 15 ago. 2022.

As políticas territoriais do governo do estado da Bahia colocadas a termo pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (BAHIA/SEDUR), cuja última atualização ocorreu em 2017, reorganizaram as microrregiões que compõem o

território Baiano e passaram a considerar apenas os seguintes municípios como integrantes do Recôncavo da Bahia: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salina das Margaridas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Os demais municípios foram incluídos em outras regiões, a exemplo Salvador e Camaçari na Região Metropolitana de Salvador e Amelia Rodrigues e Conceição do Jacuípe na Região do Portal do Sertão.

Mapa 10.2 – Recôncavo da Bahia.



Fonte: CODETER Recôncavo, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/docanexe/image/24084/img-1.jpg>. Acessado em: 15 ago. 2022.

O Recôncavo, por conta de suas condições climáticas, atraiu a atenção de colonizadores ávidos por obterem retornos financeiros com a sua onerosa empreitada de “tomar posse da *terra descoberta*”, restando-lhes a empreitada agrícola, haja vista que, de imediato, não foram encontradas pedras ou metais preciosos, tampouco especiarias. Assim, uma grande leva de escravizados africanos foram trazidos para a região para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, sendo a principal delas a canavieira.⁵

5 Além da qualidade do solo, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia favorecia uma significativa concentração de engenhos espalhados pelo Recôncavo. Vale lembrar que, no Recôncavo, deságuam três importantes rios: o *Jaguaripe*, o *Subaé* e o *Paraguaçu*, que, no passado, favoreciam bastante a circulação de pessoas, animais e produtos entre diversas cidades do interior e do interior também para a capital (cf. ARAUJO; ARAUJO, 2009, p. 111).

Com a cana-de-açúcar, foram criados latifúndios no Recôncavo Baiano, já a partir do século XVI, pois, como a cana-de-açúcar era praticamente escassa na Europa e ainda houve uma grande adaptabilidade sua ao solo brasileiro, a cultura canaveira concentrou-se ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro, para permitir o rápido escoamento da produção pelos portos brasileiros, além das condições climáticas favoráveis. O Recôncavo mostrou-se particularmente favorável a esse projeto agroexportador, tendo se tornado, ao lado de Pernambuco, um dos grandes centros produtores de açúcar da colônia, firmando-se como um dos principais núcleos de povoamento do espaço brasileiro, contabilizando uma massa de africanos e afrodescendentes. O cultivo do café e do fumo também foi muito importante para a presença africana no Recôncavo. Segundo Leão (1989), o café fora introduzido na Bahia depois de 1723 e se difundiu pelo Recôncavo e Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro.

Assim, como revela Azevedo (1957, p. 45), ao iniciar o século XVII, “o Recôncavo já se achava povoado havendo mais de 90.000 pessoas, sendo, destas, 50.000 escravos”. Tal fato fez surgir, no final do século XVII, para integrar a rede urbana do Recôncavo, da qual a cidade de Salvador também fazia parte, três vilas: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (ARAÚJO, 1970). E, já no início do século XVIII, foram criadas as vilas de Santo Amaro da Purificação, de São Bartolomeu de Maragogipe, de Abrantes do Espírito Santo e da Abadia. Portanto, o cultivo da cana-de-açúcar teve um importante papel no processo de urbanização do Recôncavo Baiano.

No final do século XVI, Soares de Souza (1938, p. 84) contava no Recôncavo 36 engenhos moentes e correntes: “vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois”. E mais quatro engenhos estavam sendo construídos. No início do século XVIII, conforme estimativa de Antonil (1982, p. 26), existiam “cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento”.

Já para o século XIX, Araujo (2006) encontrou 1.018 engenhos registrados no livro de “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, registrados entre 1807 e 1874, na província da Bahia, dos quais 807 localizavam-se na comarca da cidade da Bahia. Havia uma relativa concentração de engenhos tanto no termo⁶ da cidade Salvador quanto nas vilas, como São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Santo Amaro da Purificação, grandes áreas produtoras de açúcar do Recôncavo (Tabela 10.2).

6 Ao Brasil, Portugal estendeu tanto sua forma de organização do espaço como seu sistema político, não sendo criado nada de novo. Dividida em comarcas, a capitania (durante o século XIX, passa a se chamar província) constituía-se a unidade administrativa central. Essas eram compostas de termos, divididos, por sua vez, em freguesias (PRADO JR., 1999, p. 306).

Tabela 10.2: Distribuição dos engenhos – comarca da Bahia

Termos	Número de engenhos	%
Bahia (Salvador)	167	20,7
São Francisco	141	17,5
Santo Amaro	136	16,8
Cachoeira	88	10,9
Água Fria	81	10,0
Abadia	62	7,7
Maragogipe	48	5,9
Jaguaripe	44	5,5
Abrantes	24	3,0
Itapirucu	16	2,0
Total	807	100,0

Fonte: ARAUJO (2006, p. 99).

Nos termos de Salvador, São Francisco do Conde e Santo Amaro, concentrava-se 55% dos engenhos localizados no Recôncavo e, conseqüentemente, um grande contingente de escravizados. E, desse percentual, 37,6% estava localizado no termo de Salvador. Segundo Araujo (2006), a existência de engenhos nas freguesias⁷ do termo da cidade de Salvador permite verificar a proximidade entre as áreas urbana e rural, pois, mesmo ficando a maioria dos engenhos concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade, era possível também encontrá-los nas chamadas freguesias “urbanas”, a exemplo das freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Santo Antônio além Carmo e Nossa Senhora das Brotas. A presença de engenhos nas freguesias urbanas da cidade da Bahia poderia ser explicada pelo aspecto rural também presente em algumas dessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas. A Tabela 10.3 mostra a distribuição dos engenhos nas freguesias do termo da cidade da Bahia.⁸

7 As freguesias eram, *lato sensu*, conjuntos de paroquianos, povoações sob o ponto de vista eclesiástico. Mas, tomando por base a definição cunhada por Nascimento (1986, p. 29), uma freguesia corresponde “um espaço material limitado, divisão [político-administrativa] e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz [e por isso, deviam tomar] parte de suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e [serem] sepultados”. Esse, embora pudesse ser dividido em bairros ou distritos, tinha por unidade mínima o quarteirão.

8 A área inicial do termo da cidade da Bahia (como era conhecida Salvador até o século XX) corresponde, atualmente, ao território dos municípios de Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freiras, Mata de São João, Pojuca, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz e parte dos municípios de Coração de Maria, Itanagra e Salinas das Margaridas (cf. ARAUJO, 2006, p. 55-56).

Tabela 10.3: Distribuição dos engenhos freguesias da cidade da Bahia

Termos	Número de engenhos	%
São Pedro no Sauipe da Torre	37	22,2
Senhor do Bonfim na Mata	20	12,0
Nossa Senhora da Encarnação em Pacé	20	12,0
Santo Amaro da Ipitanga	14	8,4
Nossa Senhora da Piedade em Matoim	10	6,0
Nossa Senhora do Ó em Paripe	10	6,0
São Miguel em Cotegipe	06	3,6
Santo Antonio Além Carmo	04	2,4
Santo Amaro em Itaparica	04	2,4
São Bartolomeu em Pirajá	03	1,8
Nossa Senhora da Vitória	02	1,2
Nossa Senhora das Brotas	02	1,2
S. Vera Cruz em Itaparica	01	0,6
Outros (Próximos a Rios)	34	20,3
Total	167	100,0

Fonte: ARAUJO (2006, p. 100).

Em um desses engenhos, o “Engenho Freguesia”, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Matoim, foram feitas, segundo Pinho (1982), duas avaliações de escravizados que evidenciam uma realidade social marcada pelo contato de povos e culturas, entre estes, o das línguas em contato, sobressaindo a diversidade de línguas africanas. A primeira foi realizada perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto em 15 de março de 1811. Arrolaram-se 82 escravizados, assim etnicamente distribuídos: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 7 jejes, 4 mulatos, 3 nagôs, 2 angolas e 1 mina. Em 14 de fevereiro de 1832, realizou-se a segunda com evidente redução do número de escravizados para 34: 15 crioulos, 13 pardos, 9 cabras, 4 ussás, 4 mulatos, 4 jejes, 2 mestiços, 1 mina e 1 mendobi.

Embora não seja possível precisar o número de africanos trazidos para o Recôncavo na condição de escravizados, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia”, que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas, algo que favoreceria, certamente, a modificação na estrutura da língua portuguesa, em decorrência da aprendizagem precária por parte da população de origem africana. Tais levantamentos censitários corroboram com a existência de um plurilinguismo africano na Bahia, efetivamente atestado no final do século XIX, graças ao testemunho de Nina Rodrigues, a partir do apelo urgente lançado em 1879 por Sílvio Romero para se fazerem trabalhos consagrados “ao estudo das línguas e das religiões africanas” (BONVINI, 2008, p. 47).

Nina Rodrigues, em *Os africanos no Brasil*, publicado em 1932, pôs em evidência que “ao desembarcar no Brasil, o negro novo era obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos e a língua

geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão” (RODRIGUES, 1935, p. 189). Acrescenta o autor que “as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou ladinos”[...] “os escravos negros que já conheciam a língua, os usos e costumes do país” (RODRIGUES, 1935, p. 189).

Diante do exposto, é salutar levar em consideração a advertência de Freitag e Castilho (2022, no prelo) sobre a formação do PB. Os africanos vindos na condição de escravizados provinham de diferentes povos da África e em diferentes períodos. A diversidade era constitutiva da realidade linguística desses grupos que formavam PB, seja por meio de uma língua já padronizada, mas com características, como o português, ou pelas chamadas línguas gerais.

A língua portuguesa, junto com as línguas gerais, era usada como uma língua franca, já que elas eram utilizadas para a comunicação tanto entre os escravizados, os senhores e os capatazes do engenho como entre os africanos. Nesse sentido, Mendes (2007 *apud* LIMA, 2008, p. 55) posicionou-se afirmando que o Recôncavo é “uma grande nação”, uma das maiores “encruzilhadas étnicas” que ocorreu no Brasil.

Destarte, ao associarem a organização social escravocrata, composta por escravizados com diversas ocupações, ex-escravizados e homens livres (em sua maioria de origem não nobre), à sócio-história da realidade linguística brasileira, marcada por intensos contatos linguísticos, Araujo e Araujo (2009, p. 116) assim concluem:

Tal organização social desautoriza quaisquer afirmações genéricas acerca de uma realidade linguística una e indivisível para o PB, bem como para a região do Recôncavo da Bahia, para a qual se pode veicular a princípio uma situação linguística polarizada: de um lado, aqueles que se encontravam no topo da pirâmide com acesso à educação e, do outro, uma grande maioria da população alijada da educação, visto que não tinha como custear os estudos no Colégio dos Jesuítas e sua conclusão na Europa.

Na próxima seção, vamos nos deter na região Recôncavo, destacando aquelas comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos a partir do levantamento feito por Anjos (1999), do relatório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (BAHIA/SEDUR) (2012), do levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015) e da tabela da FCP (2004-2021).

10.6 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Embora sejam negligenciados nos compêndios de História do Brasil, de acordo com Pedreira (2001), havia muitos quilombos na Bahia. Eis a relação: o quilombo da Torre de Garcia d'Ávila, o quilombo de Jacuípe, o quilombo de Jaguaripe, o quilombo de Maragogipe, o quilombo de Muritiba, o quilombo de Cachoeira, o quilombo do Buraco do Tatu (Cabula e arredores de Itapuã), o quilombo de Itaberaba (Orobó), o quilombo de Andaraí, o quilombo de Tupim (atual "Boa Vista do Tupim") e o quilombo de Xique-Xique (PEDREIRA, 2001, p. 233). Dos que são citados pelo autor, chama a atenção a localização de alguns deles, na região Semiárida, o chamado "Sertão", a exemplo dos quatro últimos da relação a seguir; para o que inferimos que se davam pelo acesso à região, que dificultava a captura dos aquilombados. Segundo Lucchesi et al. (2009, p. 95), o conhecimento de tais quilombos advém de documentos escritos, localizados e datados, dando conta de sua constituição e do pedido de providências para que fossem destruídos. Pedreira (2001) reconhece, também, a existência de outros quilombos, por via indireta, e supõe a presença de outros que não foram, ainda, listados.

No levantamento feito por Anjos (1999), a partir de Mapa Preliminar dos Remanescentes de Quilombos do Brasil para a FCP, de levantamento e complementação dos dados nas sedes da Procuradoria-Geral da República de cada estado do Brasil, de dados existentes e levantamento nas universidades brasileiras e do levantamento com a colaboração das principais entidades negras organizadas do país, foram identificadas 250 comunidades remanescentes de quilombos no território do estado da Bahia. Dessas, apenas quatro estavam localizadas em municípios do Recôncavo Baiano: Barro Vermelho em Santo Amaro; Alto do Morro, Terra Seca e São Roque dos Macacos em Santo Antônio de Jesus.

Anos mais tarde, a BAHIA/SEDUR, com base em dados fornecidos pela FCP e pelo *Projeto GeografAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural* do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, emitiu um relatório para Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (2012), identificando as comunidades quilombolas existentes em cada macrorregião do estado. Dos 21 municípios do Recôncavo Baiano, em 8 deles, foram mapeadas 44 comunidades quilombolas, conforme o relatório, a saber: *Cachoeira* (Cambole, Calembá, Cambongo Velho, Caonge, Calolé, Dendê, Desterro, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiará, Tombo, São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape, Brejo do Engenho da Gauíba, Engenho da Cruz), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha), *Maragogipe* (Pinho, Giral Grande, Gerém, Porto da Pedra, Salaminas, Tabatinga, Enseada do Paraguaçu, Sítio Dendê, Zumbi, Guarucú, Quizanga, Buri), *São Félix* (Oiteiro Redondo, Quilombo), *Santo Antônio de Jesus* (Alto do Morro, São Roque dos Macacos, Terra Seca), *Santo Amaro* (Barro Vermelho, Caeira, Subaé, São Braz, Alto do Cruzeiro-Acupe, Cambuta), *São Francisco do Conde* (Monte Recôncavo), *São Sebastião do Passé* (Fazenda Nossa Senhora do Espírito Santo, Palmeira da Água Boa).

Em 2015, o MSD realizou um *Levantamento de comunidades quilombolas*, levando em consideração “informações de vários órgãos que atuam junto às comunidades quilombolas” (MDS, 2015, p. 104). Foram identificadas 59 comunidades na região do Recôncavo da Bahia, a saber: *Cachoeira* (Brejo do Engenho da Guaíba, Caimbongo, Caiole, Calemba, Calole, Campinas, Caonge, Coimbofo, Dende, Desterro, Engenho da Cruz, Engenho da Pedra, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Guaíba, Imbiara, Kaimbongo, Kaonje, Opalma, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape, Tabuleiro da Vitória, Tombo), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha), *Maragogipe* (Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucu, Guerém, Pinho, Porto da Pedra, Quizanga, Salamina Putumuju, Salaminas, Sítio Dende, Tabatinga, Topa de Cima, Zumbi), *Santo Amaro* (Alto do Cruzeiro-Acupe, Barro Velho, Barro Vermelho, Caeira, Cambuta, São Braz, Subaé), *Santo Antônio de Jesus* (Alto do Morro, São Roque dos Macacos, Terra Seca), *São Félix* (Oiteiro Redondo, Pau Grande, Quilombo, Santo Antônio, Terras do Governo), *São Francisco do Conde* (Monte Recôncavo) e *São Sebastião do Passé* (Palmeira da Água Boa).

Decorridos sete anos, outras comunidades quilombolas do Recôncavo foram reconhecidas, a exemplo da comunidade Ilha do Paty no município de São Francisco do Conde, certificada recentemente pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da FCP, pela Portaria 163/2021 de 22 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial de 11 de agosto do mesmo ano. Na tabela completa de comunidades remanescentes de quilombos certificadas, consultada em abril de 2022, há registros do período de 2004 a 2021. Foram certificadas, de acordo com as portarias editadas pela FCP, 49 comunidades quilombolas, a saber: *Cachoeira* (Acutinga, Brejo do Engenho da Guaíba, Caimbongo, Calolé, Caonge, Dendê, Engenho da Cruz, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiara, Kalemba, Mutecho, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguapé, Tabuleiro da Vitória, Tombo), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha, Vila Guaxinin), *Maragogipe* (Angolá, Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucu, Guerém, Porto da Pedra, Quizanga, Salaminas, Sítio Dendê, Tabatinga e Zumbi), *Muritiba* (Baixa Grande), *Santo Amaro* (Alto do Cruzeiro-Acupe, Cambuta e São Braz), *São Félix* (Engenho São João, Engenhoca, Quilombo Pau Grande, Santo Antônio da Jaqueira, Santo Antônio, Subahuma, Terreno do Governo e Vidal), *São Francisco do Conde* (Ilha do Paty, Monte Recôncavo e Porto de Dom João), *São Sebastião do Passé* (Palmeira da Água Boa).

Observa-se, por um lado, que os dados referentes às comunidades remanescentes de quilombos apresentados por Anjos (1999), pela BAHIA/SEDUR (2012) e pelo MDS (2015) configuram-se um processo de atualização das informações das referidas comunidades. Por outro lado, a tabela da FCP configura-se como uma atualização particular, pois comunidades de Santo Antônio de Jesus e algumas de São Félix, por exemplo, não constam na relação de comunidades quilombolas certificadas, apesar de serem mencionadas nos outros documentos.

Ao compararmos o levantamento feito por Anjos (1999), o relatório da BAHIA/ SEDUR (2012), o levantamento do MDS (2015) e a tabela da FCP (2021), identificamos 73 comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais, localizadas na região do Recôncavo Baiano, conforme Quadro 10.1:

Quadro 10.1: Comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos Recôncavo Baiano

Municípios	Comunidades
Cachoeira	Acutinga, Brejo do Engenho da Guaiba, Caimbongo, Caiole, Calemba, Calolé, Campinas, Caonge, Coimbofo, Dendê, Desterro, Engenho da Cruz, Engenho da Pedra, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Guaiba, Imbiara, Kaimbongo, Kalemba, Kaonje, Mutecho, Opalma, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape, <u>Tabuleiro da Vitória e Tombo</u>
Cruz das Almas	Baixa da Linha e Vila Guaxinin
Maragogipe	Angolá, Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucú, Guerém, Pinho, Porto da Pedra, Quizanga, Salamina Putumuju, Salaminas, Sítio Dende, Tabatinga, Topa de Cima e Zumbi.
Muritiba	Baixa Grande
Santo Amaro	Alto do Cruzeiro-Acupe, Barro Velho, Barro Vermelho, Caeira, Cambuta, São Braz e Subaé
Santo Antônio de Jesus	Alto do Morro, São Roque dos Macacos e Terra Seca
São Félix	Engenho São João, Engenhoca, Oiteiro Redondo, Pau Grande, Quilombo, Santo Antônio, Santo Antônio da Jaqueira, Subahuma, Terr[enos] do Governo e Vidal
São Francisco do Conde	Ilha do Paty, Monte Recôncavo e Porto de Dom João
São Sebastião do Passé	Fazenda Nossa Senhora do Espírito Santo, Palmeira da Água Boa

Fonte: Adaptado de ANJOS (1999), BAHIA/ SEDUR (2012), MDS (2015) e FCP (2021).

Uma vez feito o levantamento das rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais do Recôncavo Baiano, torna-se fundamental a pesquisa nas referidas comunidades para o conhecimento do PB, já que elas podem guardar evidências das origens da língua portuguesa no Brasil, que urgem serem investigadas, principalmente, com dados empíricos. Muitas podem ser as contribuições sobre a sócio-história do português brasileiro, sobretudo, sobre o papel desempenhado pelo contato entre a língua portuguesa e as centenas de línguas africanas transplantadas para o Brasil. Pesquisas linguísticas realizadas nessas comunidades são importantes também porque poderão contribuir para revelar a identidade sociolinguística brasileira, sendo igualmente importantes no desvelamento de muitas das características universais que interessam aos estudiosos da arquitetura da linguagem.

Para as comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos, além do respaldo técnico e científico para reivindicar uma política patrimonial para manutenção de seus falares e usos linguísticos, os estudos sociolinguísticos lhes permitirão perceber-se como parte integrante da heterogeneidade da língua portuguesa falada pelos brasileiros, isto é, como uma realidade linguística singular do português afro-brasileiro no universo mais amplo do português popular rural brasileiro.

10.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente levantamento, identificamos 73 comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais, localizadas na região do Recôncavo da Bahia. Estudos sociolinguísticos nessas comunidades de fala/comunidades de prática podem contribuir para a questão da realidade linguística brasileira, ao sinalizar para o fato de que pesquisas são necessárias, sobretudo, para esclarecer a importância ou não do contato entre línguas para a formação do PB como uma variedade distinta do português europeu (PE), mas também por possibilitar aos falantes dessas comunidades o reconhecimento de seus usos linguísticos como usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos de aquisição do português como um processo tardio por uma grande leva de africanos escravizados.

Dessa forma, ressaltamos a contribuição da Sociolinguística para a observação de possíveis padronizações na estratificação socioeconômica das variáveis, não apenas regular, mas também replicável, tendo por resultado a atribuição de um valor social à variação linguística nessas comunidades. Um exemplo disso é o uso de variantes linguísticas, distintos da norma em uso por outros falantes da língua portuguesa, atualizados por seus falantes em “desuso” pelos mais jovens frente às interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet. Os futuros estudos devem ser marcados por uma inovação teórico-metodológica: a de registrar *comunidades de práticas*, para além do registro de *comunidades de fala*.

Colocam-se em relevo as comunidades rurais afro-brasileiras, sobretudo, as remanescentes de quilombos, como importantes fontes para as pesquisas sobre a realidade sociolinguística atual do Brasil e sua formação histórica. Assim, a observação da efetiva realidade sociolinguística presente nas comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia por intermédio do instrumental da Sociolinguística poderá viabilizar a caracterização dos usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos do contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas.

Tal caracterização precisa levar em consideração as orientações que assinalamos a partir do estudo realizado por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b). Na seleção de comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos para os estudos do português afro-brasileiro, devem ser considerados critérios de cunho sócio-histórico, antropológico e geográfico, visto que elas podem não estar mais totalmente isoladas geográfica e socioculturalmente.

Pesquisas baseadas nos referidos critérios nos leva a reafirmar as considerações de nosso estudo anterior sobre as contribuições do Recôncavo da Bahia para formação sócio-histórica do português do Brasil (ARAUJO; ARAUJO, 2009). Chamamos a atenção para a necessidade de interiorização das pesquisas sociolinguísticas, pesquisas estas que, durante a ocorrência da primeira onda da Sociolinguística no Brasil, foram marcadas pela tendência de tomar como fonte de pesquisa dados levantados em amostras de fala gravadas em comunidades urbanas e formadas por indivíduos escolarizados. Se por um lado esses estudos colocaram em evidência a existência de uma variedade mais próxima do padrão lusitano, os estudos em comunidades do interior, a exemplo das rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos, podem permitir a caracterização mais detalhada da outra variedade, a herdeira histórica do processo de aquisição irregular do PE. E, parafraseando Lucchesi (2009), também pode possibilitar que a especificidade do Português afro-brasileiro no universo mais amplo do Português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do Português brasileiro) seja bem mais evidenciada, não apenas por conta das características sócio-históricas próprias às comunidades remanescentes de quilombos em que ele é falado, como também por conta das características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

Um dos focos desse processo de interiorização é justamente o desenvolvimento de estudos em comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos não somente no Recôncavo da Bahia, mas também nas demais regiões do estado da Bahia e no interior de outros estados brasileiros. Por isso, o detalhamento da distribuição dessas comunidades nos municípios do Recôncavo permite uma dupla contribuição. Por um lado, oferece aos pesquisadores interessados a lista de comunidades que podem constituir-se campo de pesquisa para futuros estudos sociolinguísticos. Tal lista não é exaustiva, visto que outras comunidades podem ser identificadas e incluídas. Por outro lado, constitui-se como uma provocação para que outros levantamentos como este sejam feitos não somente nas demais regiões do estado da Bahia como também em outros estados brasileiros. A construção e a unificação desses levantamentos atualizariam as contribuições do estudo de Anjos (1999), permitindo que estudos como o nosso sejam desenvolvidos.

E, com a incorporação do conceito de comunidade de prática, os estudos podem contribuir para que as línguas das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Eles podem também contribuir para que as referidas comunidades se percebam como parte integrante da heterogeneidade da língua portuguesa falada pelos brasileiros: uma realidade linguística singular do português afro-brasileiro no universo mais amplo do português popular rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e cultura: territórios remanescentes de Quilombos no Brasil. Centro de Estudos Sociais. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 1-22.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor, 1999.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. *Bahia: negra, mas limpinha*. (Dissertação de Mestrado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Targino de. *Os núcleos urbanos do recôncavo colonial*. 1970. Tese (Concurso de Assistente) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Rosiane. A forma possessiva DA GENTE em comunidades rurais do semiárido baiano. In: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais (org.). *Variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 137-173.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ARAÚJO, Jean. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 39, p. 95-117, 2009.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, v. 26, p. 71-99, 2016.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. A sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BA: uma comparação com o português luandense. *Macabéa-Revista Eletrônica do NETLLI*, v. 8, p. 563-584, 2019.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba*: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. *Atas do Colóquio da Lusofonia e Encontro Açoriano*. Florianópolis, 2010.
- ARAÚJO, Silvana. Presença africana no cenário linguístico brasileiro. In: TONDINELLI, Patrícia Goulart (org.). *(Re)vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas*: teorias, metodologias, pesquisas e experiências. Porto Velho: Editora da Universidade Federal de Rondônia - EDUFRO, 2021, v. 1, p. 235-265.

- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1954-1955)*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-168, 1957.
- BAHIA. SEDUR. *Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia*. [Relatório]. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR, 2012.
- BAKER, Philip. On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: Baker, Philip; Corne, Chris. *Isle de France Creole*. Ann Arbor: Karoma, 1982.
- BICKERTON, Derek. *The language bioprogram hypothesis*. Behavioural and brain sciences, Cambridge, n. 7, 1984.
- BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.
- BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*.
- BRITAIN, D. Space, diffusion and mobility. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Blackwell publishing, p. 604-637, 2008.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (org.). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- DIAS, Gonçalves. Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. *Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa*, VII, 1921.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual review of Anthropology*, 41, p. 87-100, 2012.
- ECKERT, Penelope. *Language variation as social practice*. New York: Wiley-Blackwell, 2000.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 93-108.
- FERRARI, Lilian Vieira. *Variação linguística e redes sociais no Morro dos Caboclos*. 1994. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

- FREITAG, Raquel Meister Ko.; CASTILHO, Ataliba. Brazil. (No prelo), 2022.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 917-944, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo de. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana *In*: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades Quilombolas*. Brasília, 2021.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Portaria 25, de 15 de agosto de 1995*. Diário Oficial, Brasília, 22 ago. 1995. Seção 1, p. 12827-12828.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Portaria 98, de 26 de novembro de 2007*. Brasília, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. University of Pennsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.
- GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. *In: Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afro americana*, Bogotá: Instituto Caro y Cuervom, 1989. p. 227-245.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. *Portaria 307, de 22 de novembro de 1995*. Brasília, 1995. Disponível em: <https://cpisp.org.br/portaria-incra-n-o-307-de-22-de-novembro-de-1995>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- JON-AND, Anna; LÓPEZ, Laura Alvarez. A Cupópia do Cafundó: uma análise morfosintática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 73-101, 2018.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões de desenvolvimento urbano (1500-1930). *In*: SILVA, S. C. B. de M.; LEÃO, S. de O.; SILVA, B-C. N. (org.). *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- LIMA, Cássio Leonardo Nobre de Souza. *Viola nos sambas do recôncavo baiano*. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

- LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *O sistema de expressão de posse*. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 489-511.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal*. In: LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009. p. 331-371.
- LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (ed.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt Au Main: TFM, 1998. p. 73-100.
- LUCCHESI, Dante. BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da; SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. *O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas*. In: LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009. p. 75-100.
- LUCCHESI, Dante. Introdução. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 27-37.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante. Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Revista Gragoatá* (UFF), v. 24, p. 227-255, 2019.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, 1994. p. 17-28.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 91-108.
- MENDES, Elisângela dos Passos. *A flexão de caso pronominal no continuum do português popular da Bahia*. 2016. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, 2016.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. *Levantamento das comunidades quilombolas*, 2015.

- MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: QUINTAS, Fatima (org.) O negro: Identidade e cidadania. *Anais... IV Congresso Afro-Brasileiro*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995. p. 66.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 49-69.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, n. 9, p. 437-454, 1993.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos baianos. In: MOURA, Clóvis (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 233-254.
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1982.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) (1996). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 52-60.
- RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. *Palimpsesto*, v. 17, n. 28, p. 121-138, 2018a.
- SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 28, n. 2, p. 219-237, 2018b.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100.
- SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 35-68.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. IGEO. Instituto de Geociências. *Projeto GeografAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural*. Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Salvador, 2005.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. V. 1. Salvador: Itapuã, 1969.